

Cultura escolar e inclusão

A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: uma análise de seu acesso e permanência

Telma Brito Rocha
Theresinha Guimarães Miranda

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ROCHA, TB., and MIRANDA, TG. A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: uma análise de seu acesso e permanência. In: DÍAZ, F., *et al.*, orgs. *Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 27-37. ISBN: 978-85-232-0928-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: uma análise de seu acesso e permanência

*Telma Brito Rocha
Theresinha Guimarães Miranda*

INTRODUÇÃO

A inclusão social como fator fundamental para equidade e desenvolvimento da sociedade brasileira, hoje, requer que os educadores estejam, permanentemente, informados sobre os processos educacionais e necessidades especiais das pessoas com deficiência e das possibilidades das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Nessa perspectiva, a criação e aperfeiçoamento de tecnologias assistivas proporcionam à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, pois proporcionam a ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, facilitando o desenvolvimento de habilidades e de condições para seu aprendizado, trabalho e integração com a família, amigos e sociedade.

As TIC têm provocado profundas mudanças na sociedade. Essas mudanças já podem ser visíveis nos diferentes setores produtivos. É fato que o ambiente computacional tende, cada vez mais, a tornar-se uma fonte de informação preponderante e um fator determinante da educação na sociedade atual. No entanto, o setor educacional por sua vez ainda caminha a passos lentos. Enquanto estamos vendo, as linguagens digitais se tornando importantes instrumentos de nossa cultura e, oportunizando inclusão e interação no mundo, a escola e todo sistema de educação, de modo geral, carecem de investimento e

desenvolvimento de novas práticas a partir das tecnologias, para que se possa experimentar práticas pedagógicas mais democráticas e plurais.

A sociedade, no seu dia-a-dia, precisa se adaptar às necessidades das pessoas com deficiência, dividindo espaços com igualdade e, principalmente, com respeito e aceitação às diferenças. As formas limitadas como as escolas e instituições ainda atuam, têm levado parcela considerável dos alunos à exclusão, principalmente das minorias – sejam elas sociais, sexuais, de grupos étnicos ou de pessoas com deficiência. A base da inclusão consiste no conceito de que toda pessoa tem o direito à educação e que esta deve levar em conta seus interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem.

De acordo com estudos de Fortes (2005) é através de instituições de ensino regular que as atitudes discriminatórias se devem combater, propiciando condições para o desenvolvimento de comunidades integradas, que é a base da construção da sociedade inclusiva e conseqüentemente obtenção de uma real educação para todos.

Embora, a implementação dessa sociedade inclusiva esteja apenas começando, a consecução do processo de inclusão de todos os alunos na escola básica ou na universidade não se efetua apenas por decretos ou mesmo leis, pois requer uma mudança profunda na forma de encarar a questão e de propor intervenções e medidas práticas com a finalidade de transpor as barreiras que impedem ou restringem o acesso e permanência de pessoas com deficiência.

O presente trabalho apresenta o diagnóstico das condições de acesso e permanência do total de 15 alunos que possuem deficiência numa universidade federal e discute ainda as tecnologias computacionais para apoio às pessoas com deficiência, afim de que elas possam desenvolver suas atividades didático-pedagógicas na instituição, proporcionando à pessoa com deficiência maior autonomia, qualidade de vida e inclusão social.

A proposta metodológica para desenvolvimento desta pesquisa foi realizada através da abordagem qualitativa, através do estudo de caso. Segundo Ludke e André (1995, p. 44) “essa abordagem de pesquisa tem preocupação maior com o processo do que com o produto [...]”

Inicialmente foi realizada pesquisa bibliográfica, e documental, a respeito da legislação sobre inclusão e necessidades educativas especiais. Logo após foi realizada a identificação dos alunos com deficiência, através de cadastro da universidade, em seguida foram entrevistados 15 alunos com deficiência matricu-

lados, e 15 coordenadores de cursos, com os quais foram aplicados questionários semiestruturados.

As categorias de análise foram: caracterização da pessoa com deficiência, caracterização da escolaridade anterior do estudante, condições de ensino e aprendizagem na educação superior e de acesso às TIC, em especial às Tecnologias Assistivas.

A Tecnologia Assistiva (TA) é um termo ainda novo, é utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão. Ela vem dar suporte para efetivar o novo paradigma da inclusão na escola e na sociedade para todos, que tem abalado os preconceitos que as práticas e os discursos anteriores forjaram sobre e pelos deficientes.

A LEGISLAÇÃO SOBRE O TEMA

As últimas décadas foram marcadas por movimentos sociais importantes, organizados por pessoas com deficiência e por militantes dos direitos humanos, que conquistaram o reconhecimento do direito das pessoas com deficiência à plena participação social. Essa conquista tomou forma nos instrumentos internacionais que passaram a orientar a reformulação dos marcos legais de todos os países, inclusive do Brasil. Ao concordar com a *Declaração Mundial de Educação para Todos*, firmada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e ao mostrar consonância com os postulados produzidos em Salamanca, na Espanha, em 1994 na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade, o Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo. Esses documentos ressaltam que os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda gama das diferentes características e necessidades dos alunos.

Dentre os principais instrumentos nacionais que orientam a educação para uma aproximação sucessiva dos pressupostos e da prática pedagógica da educação inclusiva, destacam-se:

- Constituição federal, Título VIII, artigos 208 e 227;
- Lei n. 7.853/89 - Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, assegurando o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais;

- Lei n. 10.098/00 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências;
- Lei n. 10.172/01 - Aprova o Plano Nacional de Educação e estabelece objetivos e metas para a educação de pessoas com necessidades educacionais especiais;
- Decreto n. 5.296/04 - Regulamenta as Leis n. 10.048/00, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, e 10.098/00, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Lei n. 9.394/96 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Decreto n. 3.289/99 - Regulamenta a Lei n. 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências;
- Portaria MEC n. 1.679/99 - Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade a pessoas portadoras de deficiência para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

Apesar de existirem dispositivos legais desde a constituição de 1988, onde se estabelece normatização, de modo que se assegure a equidade de oportunidades e a valorização da diversidade ético-político de todos, nas diferentes esferas de poder, é somente, a partir de 1996, com a lei n. 9394/96, que as instituições de educação superior mais especificamente começam a discutir a questão, já que a legislação ora citada, estabelece responsabilidades bem definidas para a operacionalização de ações dirigidas a inclusão do aluno com deficiência em instituições de ensino.

No entanto, vai ser a Portaria n. 3.284/03 MEC/GM que revogou a Portaria MEC n. 1.679/99, que irá dispor sobre os requisitos de acessibilidade a pessoas com deficiências para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições de ensino superior no País. Por meio desta, o cumprimento destas normas, se encontra atrelada à condição de avaliação da instituição.

A partir desta determinação legal, diretamente relacionada à sua autorização de funcionamento, é que muitas universidades começaram a criar ações que garantam acessibilidade em sua estrutura arquitetônica, embora, segundo dados da presente pesquisa, em uma instituição federal de ensino, revelem que

o atendimento apenas à infraestrutura espacial, não conseguem minimizar a exclusão destes alunos no ensino superior. Aspectos como as condições didático-pedagógica de trabalho de professores, comprometido pela falta de tecnologias de ajuda para operacionalização de um processo de aprendizagem e inclusão deste aluno de modo pleno, encontram-se entre os principais obstáculos verificados no referido estudo.

A UNIVERSIDADE E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

O ingresso do aluno com necessidades educacionais especiais na universidade tem aumentado nos últimos anos, como apontam os dados estatísticos divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2005). Segundo seu último censo, realizado em 2005, as matrículas de alunos com deficiência passaram de 2.155 para 6.022 em cinco anos. Se considerados os alunos superdotados, os matriculados subiram de 2.173 para 6.328 e o aumento percentual foi de 191%.

Isto certamente representa um avanço, mas ainda há muito trabalho a ser feito para que se concretize a inclusão da pessoa com deficiência, considerando que existe um contraste muito grande entre as diversas regiões do País. De acordo com o Inep (2007), 49% das 6.328 matrículas de alunos com necessidades especiais foram realizadas em Instituições de Ensino Superior (IES) localizadas na Região Sudeste. A seguir vêm o Sul, com 24% desse total, e o Centro-Oeste, com 14%. O Nordeste e o Norte possuem os menores índices de matriculados, concentrando, respectivamente, 9% e 4% desse universo de estudantes.

Apesar desses dados mostrarem um salto no número de matrículas, o desafio de uma educação inclusiva no ensino superior precisa ainda alcançar dados qualitativos. Segundo Miranda (2006, p. 7) “o Brasil está em um momento, no qual a democratização do acesso e permanência na universidade de grupos socialmente desfavorecidos está obtendo maior espaço.” No entanto, é preciso que a legislação sobre acessibilidade da pessoa com deficiência no ambiente universitário seja mais respeitada, e o atendimento das especificidades de cada tipo de deficiência sejam implementadas tanto por instituições públicas como por instituições privadas, aqui o MEC deve estar acompanhando não apenas a autorização, mas o funcionamento das instituições. Pois,

[...] enquanto os alunos com deficiência física têm como critério para sua acessibilidade a existência de espaços físicos adaptados (rampas, corrimões, trincos de porta, banheiros, bebedouros, telefones públicos, etc.), em relação à deficiência visual, a acessibilidade depende de materiais como computadores com softwares adequados, impressoras Braille, etc. No concernente a surdez, o aluno deve ter direito a um intérprete em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS - por exemplo. (MIRANDA, 2006, p. 6).

Neste sentido o papel social da universidade é fundamental, ela não poderá ser indiferente à diferença, é necessário que se busque um processo educacional mais justo e democrático. É preciso que o estado assuma uma dívida histórica com a educação da pessoa com deficiência. Contudo, aspectos legislativos, como as normas apenas, não vão dar conta da demanda para o setor, é preciso políticas públicas dirigidas com investimentos na qualificação de professores, e recursos tecnológicos, além da assistência estudantil nas universidades públicas em especial, para que se possa garantir a permanência desses estudantes.

Para Marilena Chauí (2003, p. 6),

[...] se quisermos tomar a universidade pública por uma nova perspectiva, precisamos começar exigindo, antes de tudo, que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço.

No entanto, vemos ainda no espaço da universidade pública e em toda sociedade brasileira, práticas segregadoras, onde se exige um padrão de “normalidade”, em nome de uma igualdade, que põem no mesmo nível valores intelectuais e físicos. Logo, as pessoas com características diferentes são discriminadas e estigmatizadas. Ao se definir na nossa sociedade normas e padrões para todos os homens, a exemplo, as formas de acesso à instituição de nível superior, o exame de vestibular, percebe-se nitidamente a padronização do desempenho de candidatos que possuem habilidades e competências diferenciadas. Nesse sentido, é preciso que a universidade trabalhe com igualdade de oportunidades reformulando toda sua forma de ingresso. Só assim ela estaria contribuindo com a superação do discurso sobre a desvantagem e descrédito à pessoa com deficiência.

Santos (2001) acentua, ainda, a necessidade de se impedir que o foco nas diferenças contribua para isolar grupos, para criar guetos e, conseqüentemente, para aumentar, na sociedade, a fragmentação que se quer eliminar. É preciso nos prevenir, sustenta, contra um novo *apartheid* cultural que, visando a criar igualdade, reafirme a separação. A história mostra-nos que igual desenvolvimento e separação jamais conseguiram coexistir. Com separação não há igualdades, há *apartheids*. “A igualdade só existe quando há possibilidade de se compararem às coisas.” (SANTOS, 2001, p. 22).

O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

O objetivo central deste trabalho de pesquisa realizado entre agosto de 2006 a julho de 2007, foi elaborar um diagnóstico sobre a realidade institucional da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em relação às condições de acesso e permanência das pessoas com deficiência no ambiente universitário, visando identificar as necessidades relacionadas à infra-estrutura física e informacional, esta última, relacionada à acessibilidade à tecnologias assistivas.

Observou-se que, a permanência do aluno com deficiência na instituição tem sido exclusivamente promovida através da sensibilização de professores, coordenadores de curso e da família. Isto, segundo eles, é por conta da carência das condições materiais e, principalmente do despreparo dos professores para a interação com as suas necessidades específicas. Alguns deles contaram com o apoio dos coordenadores de colegiado e chefes de departamento que vêm oportunizando as condições necessárias para o desempenho das atividades, a exemplo, de mudança de sala de aula para locais onde o acesso não seja por meio de escadas para os alunos com deficiência física. Para isto, às vezes se faz necessária à negociação entre professores do departamento para que cedam espaços já ocupados por outros professores, ou disponibilidade de apontamento de aulas de professores para o aluno fotocopiar, ou copiar arquivo digitalizado, bem como disponibilidade de computadores de projetos de pesquisas para que o aluno tenha acesso à internet ou edite seus textos.

Resultados da pesquisa ainda indicaram a minimização de barreiras arquitetônicas, em alguns prédios da IES em estudo, como a construção de algumas rampas de acesso, elevadores, e banheiros adaptados. No entanto, isto apenas não consegue promover a acessibilidade física plena. Faltam pistas táteis, corrimão em corredores e salas de aulas, e sinalização visível das vagas para os deficientes nos estacionamentos das unidades. Além de serviço de

transporte, para aqueles que não possuem carro próprio, dentro do campus, possibilitando ao deficiente físico/cadeirante, dirigir-se com maior facilidade entre as diferentes unidades onde eles possuem aulas. Para o aluno que não possui carro da família a locomoção aos diferentes espaços onde possuem aulas é ainda muito mais difícil. Como afirma o depoimento de um aluno cadeirante abaixo:

Para eu chegar na universidade saio de casa até três horas antes para poder esperar o ônibus que possui acessibilidade, meu pai é que me leva até a faculdade, tenho que pegar dois ônibus até lá, desço num terminal e pego um ônibus para chegar no centro da cidade, lá meu pai fica aguardando entre uma aula e outra para me levar até o outro campus onde tenho outras matérias é muito difícil, quando chego no campus, ainda tenho que andar até a unidade pelas vias que não são muito bem sinalizadas, nem planas, quando chove então, é mais difícil ainda, porque acumula muita água e lama entre ruas e passeios. (Aluno de ciências contábeis com deficiência física).

Depoimento da aluna deficiente auditiva, que cursa administração de empresas, mostra a falta de preparação de professores para atender suas necessidades, pois são pouco utilizados, pelos docentes, recursos tecnológicos como projeção de multimídia. Isso dificulta o acompanhamento das aulas, pois a prática unívoca de transmissão oral de aula pelo professor, sem a consulta de textos ou livros ou outras fontes de pesquisa em rede internet, é um fator que limita, a seu ver, o acompanhamento da aula pelo aluno surdo. A aluna ainda reivindica material de apoio pedagógico, e sensibilização de alguns professores para que suas falas sejam mais dirigidas a ela, para assim poder realizar melhor a leitura labial.

Durante as aulas, eu faço leitura labial, mas nem sempre é possível fazer essa leitura, devido à movimentação do professor, que não se mantém de frente para mim, eu peço para os professores, mas eles esquecem, aí fica difícil acompanhar tudo que o professor fala. Além disso, tem a falta de material onde posso consultar o assunto da aula, alguns professores disponibilizam suas transparências, apontamentos, outros não por que não usam estes recursos. (Aluna de administração deficiente auditiva).

Como podemos verificar, além de demandas materiais, outras questões ligadas às práticas pedagógicas dos professores se fazem necessárias. A formação de professores no magistério superior para áreas que não são pedagógicas, geralmente, não conta com disciplinas que preparem para o ensino em seus currículos. Por isso, os professores desconhecem as questões relacionadas às necessidades educativas especiais.

Quanto ao acesso às TIC, dos 15 alunos, 14 possuem computadores em suas residências com acesso à internet banda larga, realizam a edição de todos os seus trabalhos acadêmicos em casa, e acessam e-mail diariamente. Por outro lado, uma das alunas relatou que, por conta da falta de acessibilidade do laboratório de sua unidade de ensino, ela tem que acessar a internet em *lan house* do bairro onde mora, ou se deslocar até o setor Braile da Biblioteca Central do Estado da Bahia para edição dos seus trabalhos acadêmicos.

Entrevistas com o total de 15 coordenadores de cursos onde existem estudantes com deficiência, revelaram o desconhecimento, no tocante às questões conceituais sobre Educação Especial. Os mesmos apontaram a importância de estar discutindo legislação, diagnóstico e aprendizagem sobre a pessoa com deficiência entre docentes e funcionários técnico-administrativo. Assim, poderiam melhor incluir os deficientes na rotina acadêmica. Sugestões de uma entrevista apontam alguns caminhos:

Intercâmbio com instituições preparadas para treinamento dos professores a fim de lidar com os deficientes para inserí-los na rotina acadêmica. Quando da inserção dos alunos na Universidade crie-se um meio de identificação do tipo de deficiência que o ingresso possui, podendo contar com a colaboração do Serviço Médico Universitário Rubens Brasil (SMURB) da própria instituição, assim como, atendimento pedagógico especializado ao longo do curso deste ingresso. (Coordenadora do curso de enfermagem).

Sobre adaptações curriculares para atender ao aluno deficiente, dos 15 coordenadores de cursos entrevistados, apenas cinco declararam que existe ampliação do tempo para a realização das provas, monitoria para colaborar com aprendizagem desses alunos, assim como ampliação do tempo de curso para aqueles que necessitem.

Para González (2002) qualquer aluno sendo formado para ser professor deveria receber uma adequada preparação básica, que lhe proporcionasse algu-

mas estratégias para desenvolver seu trabalho com alunos que apresentam necessidades específicas, de modo a poder oferecer-lhes respostas adequadas em habilidades e atitudes relacionadas às situações cotidianas. O autor entende que “[...] os objetivos da formação inicial deveria incluir dimensões relativas aos conhecimentos, destrezas, processo de atenção à diversidade dos alunos.” (GONZÁLEZ, 2002, p. 245).

Se esses alunos tivessem acesso aos recursos tecnológicos que estão disponíveis na sociedade teriam, com certeza, uma melhor qualidade de seu processo de aprendizagem e consequente inclusão no meio acadêmico em que circulam. Nessa perspectiva, algumas tecnologias assistivas favorecem o atendimento educacional dos acadêmicos com deficiência na Universidade.

CONCLUSÃO

Resultados desta pesquisa apresentam indicadores de necessidades para efetivar o atendimento educativo adequado para a permanência dos estudantes com deficiência na UFBA. É preciso que a instituição promova políticas mais diretas para a inclusão da pessoa com deficiência no ambiente acadêmico.

O pouco número de estudantes que têm acesso a IES em estudo, ainda é insignificante em face ao número de estudantes que tem a instituição, aproximadamente 20.000 alunos, de acordo com informação da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2008). Verifica-se, assim, que além de uma política de permanência, a universidade deve promover uma discussão na sociedade sobre a política de acesso ao ensino superior, oportunizando alternativas, tais como curso de pré-vestibular, entre outras ações, que minimizem a falta de oportunidade desses estudantes excluídos de contextos educativos regulares.

Neste sentido, constatamos que a instituição deve promover ainda a sensibilização de equipes diretivas das unidades acadêmicas, dos professores e dos funcionários técnico-administrativos, para que possa haver maior interação entre o aluno deficiente e a comunidade acadêmica. Além disso, a criação de um laboratório de apoio pedagógico, onde o aluno contasse com a ajuda de tecnologias e profissionais, tais como: pedagogo, psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos, profissionais da computação entre outros, disponíveis para criar soluções tecnológicas e pedagógicas para o atendimento aos estudantes.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 3.284, de 7 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo. Brasília, DF, 03 dez. 1999.
- _____. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília, 2001.
- _____. Secretaria de Educação Especial. **Direito à Educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais**. Brasília, 2004.
- _____. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Acessibilidade**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.
- CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 maio 2007.
- FORTES, Vanessa Gosson Gadelha de Freitas. A inclusão da pessoa com deficiência visual na UFRN: a percepção dos acadêmicos. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.
- GONZÁLEZ, José Antônio Torres. **Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas**. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2002.
- INEP. **Censo da Educação Superior: sinopse estatística 2005**. 2007. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=4281#>>. Acesso em: 22 out. 2007.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1995.
- MIRANDA, Theresinha Guimarães. A inclusão de pessoas com deficiência na universidade. SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2., 2006. Vitória, ES. **Anais...** Vitória, ES: UFES, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, 2001.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró-Reitoria de Planejamento e Administração. **UFBA em números 2008**. 2008. Disponível em: <http://www.proplad.ufba.br/numeros_ufba_2008-f.html>. Acesso em: 13 nov. 2009.